



1678813



00135.217689/2020-36

**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS****Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente****ATA DA 284ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA (19/02/2020)**

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às nove horas, por meio da plataforma virtual *Microsoft Teams*, foi realizada a ducentésima octogésima quarta Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, sob a Presidência da Senhora Iolete Ribeiro da Silva e da Vice-Presidente Petrucia de Melo Andrade e contando, ainda, com a presença dos seguintes Conselheiros Nacionais: *Representantes Governamentais*: Roberto Wagner Rodrigues – Secretaria Especial da Fazenda (Ministério da Economia); Andrei Suarez Dillon Soares – Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; Janine Selva Ginani – Ministério da Saúde; Patrícia Grassi Osório – Ministério da Justiça e Segurança Pública; Raquel Tavares Vieira Jhon – Ministério da Educação; Patrícia Parra – Secretaria Especial de Desburocratização, Governo e Governo Digital; Petrucia de Melo Andrade – Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; *Representantes de Organizações não Governamentais*: Antonio Lacerda Souto – CONTAG; Aryadne Pereira Acunha – Associação Internacional Maylé Sara Kali; Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil; Deila do Nascimento Martins Cavalcanti – GAJOP; Edmundo Ribeiro Kroger – CECUP; Edna Aparecida Alegro - Federação Nacional das Associações Pestalozzi; Iolete Ribeiro da Silva - Conselho Federal de Psicologia – CFP; Regina Coeli Calil Lustoza Leão – Pastoral do Menor; Tatiana A. Furtado Gomes - Inspetoria São João Bosco Salesiano; Thais Nascimento Dantas - Instituto Alana. Item I – Abertura da Assembleia - A Presidente do CONANDA e Secretária Nacional Adjunta dos Direitos da Criança e Adolescente, Petrucia de Melo Andrade faz abertura da 284ª Assembleia Ordinária cumprimentando e agradecendo a presença de todos, convida Sr. Maurício Cunha – Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a compor a mesa diretora e fazer breves comentários, pois possui reunião externa e não poderá permanecer ao longo da reunião. O Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente cumprimenta todos, ressalta a importância da reunião no formato de plenária e dá as boas-vindas aos conselheiros presentes, enfatiza a sua experiência na construção de políticas públicas para crianças e adolescentes, destaca a importância de trabalhar para superar a dicotomia governamental e não governamental, comenta que políticas públicas efetivas são construídas por meio do diálogo com a sociedade civil, relata sobre seus trabalhos como sociedade civil em prol dos direitos da criança e adolescente tal como sua experiência em ser conselheiro nacional pelo Conselho Nacional de Assistência Social como sociedade civil e explica que foi de grande aprendizagem na construção dessa pauta. Destaca a importância do corrente ano onde se comemora o trigésimo aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente e com o decorrer dos trinta anos do estatuto, os indicadores sociais voltados à infância tem avançado muito com exceção da Letalidade infanto juvenil. Levanta que ainda restam muitos desafios a serem cumpridos e é o momento de o conselho unir forças e pensar no que é melhor para a criança e adolescente brasileiro. 2. APROVAÇÃO DA PAUTA. Neste momento, a Presidente, Petrucia de Melo conduz a leitura da pauta. Antônio Lacerda, vice-presidente do CONANDA e representante da sociedade civil, registra a presença de representantes da FUNDAÇÃO ABRINQ, CEDCA do Goiás e Distrito Federal e da FLACSO. Ressalta ainda a importância da retomada das ações da sociedade civil ao CONANDA e sugere mudança na pauta da reunião com o adiamento da apresentação do calendário anual de 2020, para a reunião do dia 20/02, tendo em vista que o assunto foi pouco discutido na mesa diretora e comissões. O conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger do Centro de Educação e Cultura Popular-CECUP, propõe a retomada da comissão de avaliação do SINASE. A Presidente, Petrucia de Melo informa que já foi solicitado a recriação da comissão e aguarda um posicionamento. O vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Leonardo Pinho toma a fala e destaca as experiências do CNDH de financiamento da estrutura do conselho, que passa a não depender somente dos recursos do poder executivo onde o CNDH gera uma forte ação sobre o poder legislativo brasileiro, que gerou várias declarações positivas a favor dos conselhos. Com o recurso do Ministério, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos adquire 4 vezes mais recursos com o poder legislativo com emendas impositivas e gostaria de colocar à disposição do CONANDA tal experiência. Antônio Jorge sugere apresentação dos outros conselheiros presentes. Sugestão acatada pela Presidente – Petrucia de Melo. O conselheiro Jarbas – SNPIR inicia a apresentação; Ariadne – Associação Internacional Maylé SaraKali; Edna Alegro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi; Eduardo Mota – Movimento Nacional de Meninos e Meninas em situação de Rua; Roberto – Ministério da Economia; Débora Bezerra – Ministério da Economia; Catarina – CPP; Regina Leão – CNBB Pastoral da Menor; Tatiana - Inspetoria João Bosco Salesianos; Edmundo Kroger – CECUP; Adriano Ribeiro – Associação Nacional Criança Não é de Rua; Vicente Falqueto – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Marta – Fundação Abrinq; Renato Santos - Fundação Abrinq; Iolete Ribeiro – CFP; Glícia Thais – OAB; Magali Régis – Conselho Federal de Serviço Social; Deila Martins – GAJOP; Thais Dantas – Instituto Alana; Amanda Ferreira – ECPAT Brasil; Cláudio Pinheiro – Ministério da Cidadania; Raquel – Coordenadora Geral de Educação Infantil Ministério da Educação; Janine – Coordenadora de Saúde da Criança e Aleitamento Materno Ministério da Saúde; Débora Lobato – Ministério das Relações Exteriores; Patrícia Parra – Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital; Andrei – Secretaria Especial do Trabalho e Previdência; Patrícia Osório – Ministério da Justiça e Segurança Pública; Renato Bonfim – Casa da Cultura Ilê Asê D' Osoguã– CCIAO; Antônio Lacerda Souto – CONTAG; Antônio Jorge – FEBRAEDA; Romero Silva – GAJOP. Feita as apresentações a Presidente Petrucia de Melo inicia aprovação da alteração da ordem dos pontos de pauta para adiar apresentação do calendário anual de 2020 para o segundo dia de assembleia. Adiamento da apresentação do calendário anual aprovado por unanimidade. 3. APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO 2020 (SR. LUCIANO ANGELO SEFFRIN BRAGAGNOLO - COORDENADOR GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇA CGOF/ MMFDH). A Presidente, Petrucia de Melo, agradece a disponibilidade do Dr. Luciano, e o convida para apresentação da Execução Orçamentária. Dr. Luciano Angelo faz agradecimentos, e inicia sua apresentação de Execução Orçamentária e Financeira do FNCA. O conselheiro Eduardo Mota (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas em situação de Rua), pede a palavra e questiona se unilateralmente o relator pode ampliar o orçamento do fundo da criança e do adolescente dentro do escopo de 151 milhões. O Dr. Luciano Angelo responde sobre argumento do Conselheiro Eduardo dizendo que sim, onde também é respeitado as janelas, onde se submete um Projeto de Lei onde o congresso vota. O conselheiro Romero - Conselho Estadual de Pernambuco, pede a fala e solicita esclarecimento sobre tema de sua apresentação: realização da XI Conferência. Dr. Luciano Angelo responde o questionamento do conselheiro Romero sobre a realização da conferência, cita que os R\$ 4.9 milhões destinados a conferência fazem parte de uma programação pensada pelo relator, um dos itens da programação orçamentária que se chama Modalidade de Aplicação. A conselheira Thais Dantas - Instituto Alana, pede a fala e questiona quais seriam as destinações das subdivisões orçamentárias do fundo, que de acordo com a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, haveria cerca de R\$ 5.9 milhões para determinado assunto; R\$ 4 milhões para outro assunto e R\$ 96 mil para um terceiro assunto. Dr. Luciano Angelo responde que não possui tal resposta em sua apresentação, mas, não é difícil de descobrir, fará uma nova análise e repassará a informação para a mesa diretora do CONANDA. A conselheira Thais Dantas - Instituto Alana,

retoma a fala e faz questionamento sobre o orçamento não vinculado necessariamente com o pagamento de OSCIP's. Dr. Luciano Angelo responde que pela atual programação, sim, seriam os R\$ 900 mil. A conselheira Thais - Instituto Alana, retoma sua fala e solicita ao Dr. Luciano Angelo que encaminhe um relatório de sua apresentação para subsidiar uma atuação mais estruturada do conselho e ter um panorama por escrito e registrado para trabalho. Dr. Luciano Angelo solicitou uma provocação via SEI para que a equipe da CGOF produza uma nota técnica. A Conselheira Thais Dantas - Instituto Alana, propõe como encaminhamento e deixa sujeito a aprovação da plenária para que depois a Secretaria Executiva do CONANDA providencie. O conselheiro Edmundo Kroger - CECUP, pede a fala e informa que na reunião da mesa diretora no dia anterior, obtiveram, por meio de ferramentas do Dr. Luciano, contato com a realidade financeira atual, onde surgiram preocupações e foram tomados alguns encaminhamentos, onde a vice-presidência juntamente com a COF contataram o Deputado Federal Afonso Florence - Coordenador da Frente de Defesa das Organizações da SC - onde o deputado aponta uma possibilidade de entrar com um Projeto de Lei, e cita uma agenda com a frente parlamentar da infância, para que a frente tome conhecimento e faça alguma movimentação junto aos órgãos de orçamento e até mesmo junto ao próprio congresso para reverter a situação atual, e faz um pedido de aconselhamento para o Dr. Luciano em relação a solicitação para a frente parlamentar. Dr. Luciano Angelo explica que a questão não é legal diante da lei orçamentaria anual, existe um dispositivo implementado pelos parlamentares, que fala em emendas em sentido lato, onde o governo entende que são todos os tipos de emenda, RPE 6, 7, 8 e 9, que diz o seguinte: "As dotações que forem consignadas em emendas não podem ser fonte de cancelamento para créditos adicionais, seja por autorização do próprio autor. Ainda que necessário criar um PL, é preciso da autorização do relator". A Coordenadora-Executiva Rosângela Paulino tem a palavra, se apresenta e cita que após o término da reunião ficará responsável pela tentativa de agendar com a frente parlamentar, onde essa demanda será repassada para a Assessoria Parlamentar do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, onde informou que já está em contato com o deputado para marcar agenda e assim que obtiver um retorno, posicionará o plenário. Dr. Luciano Angelo retoma sua fala, agradece e se coloca à disposição daquilo que for necessário para que se alcance soluções eficiente, criativas, para que a execução de 2020 seja 100%, ao contrário do ano de 2019. A Presidente, Petrucia de Melo agradece ao Dr. Luciano por seus esclarecimentos e apresentação. Inicia votação sobre solicitação de encaminhamentos da Conselheira Thais; solicitar a CGOF relatório sobre o fundo e apresentação realizada durante a Assembleia. Encaminhamentos aprovados por unanimidade e a Presidente, Petrucia de Melo inicia a relatoria da COF. 4. RELATORIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS / COF. Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger-Relatoria: Petrucia de Melo A Presidente, Petrucia de Melo inicia a relatoria trazendo para a reunião plenária, as demandas discutidas em reunião da COF realizada no dia anterior; Ofício SEI que solicita a ação do CONANDA sobre a redução do orçamento para área social do CMDCA de Arapongas - PR. Encaminhamentos: oficializar os gestores do fundo nacional de assistência social, solicitando o levantamento dos últimos 3 anos, o balanço da execução orçado e executado dos recursos destinados a criança e adolescente por unidade da federação, para não expor Arapongas. Encaminhar oficialmente resposta ao CMDCA de Arapongas dando ciência que o CONANDA está tomando as devidas providências e ressaltar que o próprio CMDCA oficialize o CEDCA e o Conselho Estadual de Assistência Social e caso tenha manifestações sobre o contingenciamento desses recursos. Fazer um balanço dos projetos com financiamento do CONANDA, como está a execução, quanto falta pagar. Quanto tem de recurso em cada PRODOC para acompanhar a execução, acompanhar quanto tem de recurso PNUD, com a FLACSO, na OEI e se o prazo está no limite. Elaboração de uma relatoria técnica por meio de consultoria para acompanhar os fundos, destrinchando cada etapa. Revisado o Planejamento estratégico e foi feito umas adequações em especial questão dos Fundos. O Conselheiro Edmundo Kroger - CECUP, cita que poucas atividades foram executadas pela COF, em função do tempo em que o conselho não se reuniu. Acompanhamento para a elaboração do PPA, cartilha sobre fundo, cita sobre a próxima reunião onde daria segmento nas apresentações sobre a execução do fundo (pagamentos, projetos financiados). E retomar as atividades em relação a frente parlamentar. A Presidente, Petrucia de Melo, comenta sobre a parceria da SNDCA com a Confederação Nacional dos Municípios, onde se tem um espaço na Marcha dos Prefeitos para mobilizar sobre a questão dos fundos para a implementação de políticas públicas de crianças e adolescentes. A Presidente inicia a votação do relatório da COF. O Relatório foi aprovado por unanimidade. Questão de Ordem: A conselheira Glícia Miranda - Conselho Federal da OAB, reitera a reivindicação de uma nova sala com uma organização das mesas e cadeiras que favoreça um melhor desenvolvimento da reunião e uma melhor identificação dos conselheiros e reconhecimentos das entidades titulares e suplentes. A Presidente, Petrucia de Melo, informa que não é possível a troca do espaço físico de reunião, mas é possível uma nova disposição das cadeiras para reunião plenária do dia seguinte e solicita que a Secretária Executiva do CONANDA inicie apresentação das entidades titulares e suplentes presentes para que se identifique quem esta participando como titular com direito a voto. Questão de Ordem: A conselheira Edna Alegro (Associações Pestalozzi) questiona quais os suplentes presentes estão assumindo a titularidade. Cleide Duarte - Colaboradora do CONANDA informa quais entidades não estão presentes: ART Jovem - Maia Aguilera Franklin de Matos; CUT - Marco Antônio Soares; ACM - Aline Silva Flores; Instituto Vida São Paulo - Vitor Benez Pegler. E no caso, a Conselheira Glícia Miranda - Conselho Federal da OAB, substitui a titularidade do Conselheiro Vitor Benez Pegler, Conselheiro Renato Cesár Bomfim substitui titularidade da Conselheira Maya e os outros representantes titulares convocados não foram indicados por suas instituições em tempo hábil para trazê-los a custeio do Ministério. 5. RELATORIA DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA-Coordenador: Antônio Lacerda-Relatoria: Edmundo Ribeiro Kroger. A Presidente, Petrucia de Melo dá início ao Relato da Comissão da Conferência. O Conselheiro Edmundo Kroger - CECUP, inicia relatoria informando que a Secretaria, contratou consultores para sistematizar os relatórios das Conferências Estaduais, e nesse aspecto a Comissão Organizadora solicita que, os conselheiros representantes de seus estados, peçam para que os CEDCAS forneçam seus relatórios das Conferências Estaduais. Relata que a maioria dos Estados já realizaram suas conferências, mas não disponibilizaram os relatórios, apenas 3 estados ainda não realizaram suas conferências. Nesse sentido a Comissão Organizadora propõe que seja concedido um prazo até junho, no qual os estados restantes realizem e mandem seus relatórios, pois a ausência deles compromete a realização da Conferência Nacional. O próximo ponto discutido foi a data de realização, planejada para os dias 25, 26 e 27 de novembro em Brasília. Em questões orçamentárias, planeja-se realizar a Conferência com menos recursos, pois não foi possível viabilizar a transferência dos 4 milhões do Fundo Nacional para que a FLACSO desenvolva as ações necessárias. Informa que o orçamento está enxuto, e a Secretaria evitará esforços para obter recursos para organizar a Conferência, buscando alternativas mais simples, e uma dessas alternativas é a utilização do Centro de Treinamento Educacional da CNTI, Luziânia-GO. Informa também que a Secretaria conseguiu transferir os recursos para a metodologia, mas ao invés de destinar para a FLACSO, ainda está no PNUD, e uma carta acordo que tem que ser viabilizada e já está em fase de conclusão e a FLACSO poderá iniciar os processos. A Presidente, Petrucia de Melo tem a fala, confirma a realização da XI Conferência, dá um informe sobre a convocação do presidente, cita a contratação da consultora responsável pelas propostas estaduais e comenta sobre o motivo que inviabilizou o empenho da carta acordo com a FLACSO, informa local escolhido para realização da XI Conferência. Informe da Secretária Executiva do CONANDA - Rosângela Simão, comenta que o local escolhido é apenas uma possibilidade, informa que o que ficou acordado na reunião da comissão é que o CONANDA juntamente com a área técnica fará um levantamento, supervisionará os procedimentos licitatórios e verá se é viável a locação de um espaço em Brasília ou deslocar para uma região próxima. A Presidente, Petrucia de Melo inicia vídeo para apresentação da estrutura do espaço escolhido inicialmente e solicita sugestões. Rosângela Paulino - Secretária Executiva do CONANDA tem a palavra, e reforça o pedido de Edmundo Kroger - CECUP, solicitando o empenho dos conselheiros quanto a incidência nos estados com relação ao envio dos relatórios, pois com base nos relatórios é possível equacionar o número de crianças e adolescentes participantes facilitando assim, a verificação do local indicado de acordo com as normas de segurança. O conselheiro Romero - Conselho Estadual de Pernambuco, sugere a retomada do diálogo com os conselhos estaduais, para que se reorganizem, com relação ao ano passado, onde não tinham certeza se aconteceriam ou não as reuniões do conselho. Cita que nos meses anteriores, tinha conselhos estaduais sem saber para onde enviar os relatórios já que as atividades do CONANDA estavam suspensas. Informa que é preciso o CONANDA lançar imediatamente a convocação para a conferência, pois os estados necessitam preparar as articulações para orçamento e garantir a vinda dos delegados para a conferência. A conselheira Glícia Miranda (Conselho Federal da OAB) se compromete ao retornar à Aracaju, a encaminhar ao CONANDA, via ofício, relatório deixado por seu antecessor e o que mais for solicitado. A conselheira Ariadne (Associação Internacional Maylé SaraKali) , informa que na reunião da Comissão Organizadora da Conferência, foi dado como encaminhamento que será enviado um ofício a todos os conselhos estaduais e que até o dia 30 de junho enviem os relatórios. Rosângela Paulino - Secretária Executiva do CONANDA, comenta com relação ao ofício encaminhado, esclarece que foi discutido em reunião da comissão e no período que as atividades do CONANDA estavam suspensas já estava

em andamento a contratação de uma consultora para trabalhar as deliberações das diversas Conferências Estaduais, como a contratação já estava realizada, não há necessidade de dispensar a consultora visto que o foco está voltado para a realização da XIª Conferência. Então foi solicitado a Secretária da SNDCA a enviar ofício para otimizar o mapeamento dessas deliberações. O conselheiro Renato Bomfim – CCAIO, comenta que CEDCA da Paraíba tem dificuldades em trazer delegados por conta do orçamento reduzido, e solicita a SNDCA que envie ofício aos governadores para terem ciência da conferência e pedir mais participação deles. O vice-presidente, Antônio Lacerda – coloca duas questões sobre a Conferência – os estados que já realizaram suas Conferências e definiram seus números de delegados e os estados que ainda vão realizar suas conferências, terão os números colocações de acordo com o documento orientador da Conferência. Relata os números de crianças e delegados que comparecerão à conferência. Comenta a contratação da consultora em relação ao seu papel e suas tarefas. O conselheiro Edmundo Kroger – CECUP, abre encaminhamento do relatório da COF, informa que o relator Domingos Neto é cearense, e o conselheiro Adriano, vindo do Ceará se coloca à disposição com o CEDCA para fazer tal articulação com o Deputado e solicita que o plenário autorize o conselheiro a fazer essa mobilização no estado do Ceará. A Presidente, Petrucia de Melo, inicia votação do encaminhamento de Edmundo, votação aprovada e encerra reunião plenária do CONANDA. 20 de fevereiro de 2020 - Abertura do último dia da 284ª Assembleia Ordinária. 6. ABERTURA DO 2º DIA DA REUNIÃO PLENÁRIA DA 284ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA; A Presidente, Petrucia de Melo inicia o segundo dia de Assembleia Ordinária cumprimentando a todos em seguida pede a definição da presidência do CONANDA. Continua ainda, solicitando ao vice-presidente, Antônio Lacerda, para conduzir a apresentação das pautas. O vice-presidente, Antônio Lacerda cumprimenta todos e inicia o primeiro ponto, mas logo é interrompido por uma ligação e se ausenta alegando ser importante. A Presidente, Petrucia de Melo convida a conselheira Regina Leão – CNBB, para compor a mesa e dar continuidade à reunião. 7. PROPOSTA DO GOVERNO PARA REDUÇÃO DO TEMPO DE DURAÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS DO CONANDA- A conselheira Regina Leão da continuidade a pauta proposta até que o conselheiro Antonio Lacerda retorne. A Presidente, Petrucia de Melo se manifesta em relação ao longo período das reuniões do conselho, e solicita que os conselheiros tenham uma participação paritária e que realmente seja construída uma política pública de ambas as partes do conselho. Conselheira Patrícia Parra – Secretaria Especial de Desburocratização, Governo e Governo Digital, questiona sobre existência de outros conselhos que tenha 3 dias de reunião plenária. A Presidente, Petrucia de Melo afirma que para responder este questionamento é necessário um levantamento de dados. A conselheira Patrícia Parra – Secretaria Especial de Desburocratização, Governo e Governo Digital faz novo questionamento, dessa vez em relação a compra de passagens aéreas e direciona questão para a Coordenadora do CONANDA. Rosangela Paulino - Secretária Executiva do CONANDA coloca que em sua posição não convém responder em relação a passagens, manifesta a respeito da necessidade de garantir a questão administrativa para o funcionamento da assembleia e ressalta a questão da redução do tempo da reunião plenária para dois dias, garantindo assim que representantes do governo possam participar efetivamente. O vice-presidente, Antônio Lacerda, já de volta à mesa, informa que de acordo com o Regimento Interno do CONANDA, as pautas da Mesa Diretora não podem ser coladas com a reunião do Plenário, pois as pautas devem ser definidas com certa antecedência na reunião da Mesa Diretora e encaminhadas a todos os conselheiros. A conselheira Patrícia Osório – Ministério da Justiça e Segurança Pública, sugere a não alteração do calendário e que a reunião da Mesa Diretora seja realizada por videoconferência até uma semana antes da reunião plenária. O conselheiro Jarbas Aragão – SNIPIR, reforça comentário da conselheira Patrícia Osório, que a tecnologia pode facilitar o andamento das reuniões. A conselheira Patrícia Parra – Secretaria Especial de Desburocratização, Governo e Governo Digital, solicita para restringir a assembleia em um dia inteiro de reunião, para uma melhor organização dos conselheiros por parte do governo e cita sugestão da conselheira Patrícia Osório da reunião da mesa diretora ser realizada via vídeo conferência. O vice-presidente, Antônio Lacerda estipula até três minutos por fala. A conselheira Thais reforça a importância da duração da assembleia, informa que existem aprimoramentos a serem feitos para ter acesso a pauta com maior antecedência e com isso, antecipar os trabalhos necessários e conclui informando que a redução do trabalho presencial no CONANDA não é favorável ao conselho. O conselheiro Edmundo Kroger ressalta a importância do trabalho da sociedade civil diante ao conselho, comenta sobre reuniões de vídeos conferências realizadas em seu estado e ressalta a importância de uma boa equipagem para realizações de videoconferências e comenta sobre o encerramento prematuro da reunião anterior. A conselheira Patrícia Parra – Secretaria Especial de Desburocratização, Governo e Governo Digital, sugere que a forma de escolha do modo de execução da reunião da mesa diretora seja deliberada aos participantes da mesa diretora. A conselheira Glícia Miranda - Conselho Federal da OAB, tem a palavra e deixa sugestão de encaminhamento para as reuniões da Mesa Diretora, dependendo da pauta, possam ser por videoconferência, mas reitera a manutenção de dois dias de reunião para a Assembleia do CONANDA. A conselheira Ariadne – Associação Internacional Maylé SaraKali, tem a fala e cita questão da extensão da pauta da reunião do dia anterior, na Câmara sem os pares do governo. Cobra mais participação do governo nas comissões. O vice-presidente, Antônio Lacerda informa propostas colocadas pelos conselheiros – reunião da mesa diretora de forma virtual com garantia da qualidade das condições de conexão ou continuação da realização de reunião presencial com no mínimo 36hs de antecedência e reunião plenária permanece como tem ocorrido. A conselheira Glícia Miranda - Conselho Federal da OAB, solicita suspensão de 5 minutos para articulação da sociedade civil e a solicitação é acatada. O vice-presidente, Antônio Lacerda retoma pausa solicitada pela sociedade civil e informa proposta decidida. Manter a reunião da Mesa Diretora presencial a depender da importância da pauta, caso contrário, reunião virtual. Sendo virtual o sistema utilizado deve atender as prerrogativas necessárias de garantir a participar de todos os integrantes, devendo ser realizada de preferência com quinze dias antecedente à Assembleia. Em relação a Assembleia do CONANDA, manter os dois dias de reunião como de costume. A conselheira Glícia Miranda - Conselho Federal da OAB, sugere que quando as reuniões da mesa diretora forem virtuais que sejam realizadas nos estados por meio de Órgãos Oficiais, com equipamentos de videoconferência. Ocorre um debate em relação ao melhoramento das propostas colocadas e todos os conselheiros chegam a um acordo. O vice-presidente, Antonio Lacerda inicia leitura: Proposta de reunião da mesa diretora com até 15 dias de antecedências por meio do sistema de vídeo conferência, com a exigência de que o sistema utilizado (telessala) atenda às prerrogativas necessárias de garantia de participação e de segurança, articuladas pela Secretaria Executiva do Conanda. O vice-presidente, Antônio Lacerda, inicia votação em relação aos encaminhamentos da Mesa Diretora, que é aprovado por unanimidade. Inicia articulação sobre proposta do GT e Comissão Organizadora da Conferência. Ocorre debate entre conselheiros para construção das propostas sobre GT e a Comissão Organizadora da Conferência, e todos chegam a um acordo. O vice-presidente, Antônio Lacerda inicia leitura das propostas. Proposta 1: assegurar a realização da reunião de GT, quando constituído, e da Comissão Organizadora da XIª CNDCA com participação dos conselheiros membros, no dia anterior à Assembleia Ordinária. Proposta 2: assegurar a realização da reunião de GT, quando constituído, e da comissão organizadora da XIª CNDCA com participação dos conselheiros membros com até 15 dias de antecedência, por meio do sistema de vídeo conferência, uma vez que o sistema utilizado (tele sala) atenda as prerrogativas necessárias, articulada pela Secretaria Executiva do Conanda. Havendo necessidade, de acordo com os conselheiros membros participantes do GT e da Comissão Organizadora da Conferência, será realizado uma reunião presencial com um dia de antecedência da Assembleia do CONANDA. O vice-presidente, Antônio Lacerda dá início a votação e proposta nº 1 é aprovada. 8. RELATORIA DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS / CPP-Coordenador: Ezequiel Roque -Relatoria: Catarina de Santana Silva. A Presidente, Petrucia de Melo dá início aos relatos das comissões e informa que a Sra. Catarina Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil, propõe inversão da pauta, primeiro CPP e logo depois CDHP. Proposta aceita por todos. A conselheira Catarina Silva inicia relatos da Comissão de Políticas Públicas, comenta a primeira pauta: convite em nome do CONANDA, recebido do Ministério de la Niñez y Adolescencia, para o III FORO-SIPPINA, no qual custeará alimentação e alojamentos de dois adolescentes e seu supervisor. Mas não custeará o transporte, ponto deixado para ser discutido na Plenária pois é um ponto que envolve recursos. E coloca sugestão na escolha dos adolescentes, que poderiam ser representações do CPA com atenção aos maiores de 18 anos. Questiona quem acompanhará e quem custeará as passagens para o evento. A Presidente, Petrucia de Melo responde questionamento informando que, se for por parte do governo, não tem recurso. Cita a situação do FNCA que está bem limitado. A conselheira Regina Leão cita recurso do OEI ao PRODOC, destinado ao CPA, e comenta que a CPA deve ser pautada efetivamente. A Presidente, Petrucia de Melo comenta que de acordo com o Regimento Interno do CONANDA, o adolescente pode participar até os 16 anos de idade, e atenção aos que já completaram 18 anos. A conselheira Glícia Miranda - Conselho Federal da OAB, comenta sobre logística de viagens e cuidados com os adolescentes, com relação ao acompanhamento de responsável da secretaria e pelas despesas decorrentes da ausência de recursos relativos as diárias para os adolescentes, relata que na última viagem ao Uruguai somente foram liberados os recursos depois e quando os adolescentes já estavam fora do País e sem opção de retirar o valor das contas depositadas, o que exigiu iniciativa dos acompanhantes

para se responsabilizarem por essas despesas. A conselheira Ariadne – Associação Internacional Maylé SaraKali, comenta que para as próximas assembleias, se surgirem questões de CPA, estas devem ser encaminhadas para a CMF. A conselheira Catarina Silva, sugere votação para participação de crianças e adolescentes no evento, e consultar situação do PRODOC sobre custeio de passagens como encaminhamento. O conselheiro Eduardo Mota defende a representação de crianças e adolescentes em eventos. A conselheira Tatiane Gomes - Inspecção São João Bosco Salesiano, ressalta o trabalho de formação de crianças e adolescentes para que eles possam fazer uma boa representação. O vice-presidente, Antônio Lacerda ressalta a importância da presença de crianças e adolescentes em eventos, e inicia articulação para assegurar participação de crianças e adolescentes no III FORO-SIPPINA. Os conselheiros entram em debate para chegar em senso comum e chegam a uma conclusão. O vice-presidente, Antônio Lacerda abre proposta de encaminhamento: verificar se há rubrica no PRODOC ou OEI da carta acordo referente ao CPA, para custear as passagens de dois adolescentes e seus respectivos acompanhantes. Havendo condições de recursos, o segundo passo é articular com CEDCA's e CPA's efetivos. Não sendo assegurado o custeio pelo PRODOC, o CEDCA deve custear o envio dos adolescentes e seus respectivos acompanhantes, bem como desenvolver as ações de preparação de envio dos adolescentes de acordo com as recomendações do convite recebido. A conselheira Edna Alegro - Associações Pestalozzi, coloca sugestão para que o encaminhamento tenha um prazo, de até a primeira quinzena de março. O vice-presidente, Antônio Lacerda acata sugestão de encaminhamento. A conselheira Catarina Silva da continuidade aos relatos da Comissão, solicita apoio ao Conselheiro Adriano, e inicia leitura da pauta. Subsídios sobre acolhimento institucional especializado para crianças e adolescentes em situação de rua, e relatório final da pesquisa amostral realizada em 17 cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. O conselheiro Adriano cita um dos produtos, pesquisa realizada em 17 cidades a partir de um milhão de habitantes, no qual a CPP gostaria de apresentar ainda no primeiro semestre ao colegiado e ser pauta para as próximas plenárias. E comenta sobre o outro produto, orientações metodológicas para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de rua, que está sendo analisado pelo CNAS, onde deverá ser concluído no dia 4 de março, no qual a CPP aguarda contribuições no documento para elaboração de resolução conjunta e ser pauta para as próximas plenárias. A conselheira Catarina Silva da continuidade a leitura do planejamento estratégico. Na temática da aprendizagem, levantamento de informações sobre boas práticas de aprendizagem, possíveis avanços por meio da articulação com área de educação, assistência social e trabalho. Resoluções conjuntas com o Conselho de Assistência Social e públicos prioritários para aprendizagem. Na temática suicídio e automutilação, realizar seminário em conjunto com a CDHP sobre acesso e uso segundo das TIC's no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A conselheira Glicia Miranda - Conselho Federal da OAB, sugere proposta de encaminhamento de ofício, solicitando que os CEDCA's informem a existência de alguma atividade em relação a suicídio e automutilação. A conselheira Catarina Silva da continuidade, cita pautas com pendências da gestão passada, temática LGBT, diagnóstico de violação e suicídio de adolescentes em virtude da orientação sexual e identidade de gênero e que constam do planejamento. As Pautas sobre implementação das recomendações do GT, os 30 anos do estatuto, a avaliação da eleição do conselho tutelar, a revisão da resolução 170, a discussão sobre a lei 13.431/2017 e centros especializados que está sem acompanhamento, a consulta da COF sobre possibilidade em relação ao recâmbio e continuidade do trabalho do disque 100 também estão contempladas no planejamento estratégico do biênio. O vice-presidente, Antônio Lacerda agradece relato da conselheira Catarina Silva e propõe votação dos pontos colocados, após o intervalo para almoço e finaliza reunião plenária da parte da manhã. 9. MUDANÇA NA PRESIDENCIA DO CONANDA – REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CARGO DE PRESIDENTE E DO GOVERNO NO CARGO DE VICE-PRESIDENTE. O vice-presidente, Antônio Lacerda dá retorno a reunião Plenária e retoma votação do planejamento da CPP. Votação aprovada por unanimidade. Após votação, o Sr. Lacerda comenta sobre a definição da representação da sociedade civil e informa que o Conselho Federal de Psicologia (CFP), representará a sociedade civil na presidência do CONANDA. Convida a Sra. Iolete Ribeiro para compor a mesa, agradece e se despede. A Sra. Petrucia de Melo dá as boas-vindas à nova Presidente do CONANDA, informa que em acordo com representantes governamentais, foi indicada para a Vice-Presidência do CONANDA e se coloca à disposição. A Presidente, Iolete Ribeiro em nome do CFP, agradece a oportunidade e abre espaço para fala dos/as conselheiros/as. Os conselheiros Renato e Glicia, dão as boas-vindas à nova Presidente e se colocam a disposição para parceria. A Presidente agradece as manifestações e da continuidade à reunião. A conselheira Ariadne – Associação Internacional Maylé SaraKali, sugere votação para inversão de pauta, subir o relato da CMF em lugar do relato da CDHAP. A Presidente coloca em apreciação do plenário o pedido de alteração de relatos. Votação aprovada por unanimidade. 10. RELATORIA DA COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO / CMF- Coordenadora: Regina Leão. Relatoria: Cláudio Luiz Pinheiro - O conselheiro Cláudio Luiz inicia relatoria da CMF, coloca primeiro ponto para discussão, sobre a plataforma virtual, encaminhado convite para a próxima reunião da CMF, ao Sr. Ricardo Poppi, responsável pela T.I do MMFDH, para trazer informações de funcionamento da plataforma. Informa levantamento da CPA como segundo ponto, onde foi encaminhado; enviar um Termo de Referência para o consultor da CPA para leitura dos conselheiros e divulgação, construir um novo T.R. para um novo consultor de comunicação, que preencha as lacunas de produtos do atual contrato. A conselheira Ariadne – Associação Internacional Maylé SaraKali, entra em detalhamento informando que, ocorreram mudança nos critérios de contratação do Ministério para os consultores, onde foi lançado um T.R. na gestão passada no qual foi devolvido, pois nenhum consultor se enquadrava nos critérios. Em articulação com a Secretária Executiva do CONANDA, foi acordado que, o T.R. será socializado para leitura da comissão na tentativa de identificar pontos a serem melhorados e disponibilizar nas redes do CONANDA. Comenta também, a questão problemática com o T.R. do Consultor de Comunicação, que insiste no mesmo problema, nenhum consultor se enquadrava nos novos critérios. Informa que na reunião da Comissão de Mobilização e Formação, foi concluído uma possível construção de um novo T.R para preencher lacunas do contrato assinado. A Conselheira Regina propõe a retomada do plano de comunicação deliberado no planejamento da CMF, onde constam as ações e atividades a serem desenvolvidas, o que irá fundamentar a atuação do consultor. A Sra. Rosângela Coordenadora-Geral da SE-CONANDA cita que o edital para o processo de seleção é público e informa que já está previsto no T.R. do consultor, seu deslocamento para acompanhamento das reuniões. Esclarece que a maior dificuldade esteja no alinhamento daquilo que o conselho já tinha se estruturado com o T.R. construído pela gestão anterior. O conselheiro Cláudio Luiz, da continuidade aos relatos da CMF, informando, necessidade de envio de um ofício aos CEDCA's, solicitando levantamento de adolescentes que já completaram 18 anos e que ainda compõem os CPA's, e envio de uma carta de agradecimento individual padrão aos que já tem sua maioridade. Conselheira Regina Leão - CNBB Pastoral do Menor, destacou a forma de comunicação realizada na emissão de cartas em nome do CONANDA para alguns adolescentes que compõem o CPA, comunicando o seu desligamento decorrente a idade. Essa atitude não foi deliberada pelo CONANDA e sim pela Secretaria Executiva conforme relatado pela mesma, no período que o CONANDA estava com as atividades suspensas. Dito isso foi reforçado a importância da forma de comunicação aos adolescentes que foram eleitos legitimamente para compor o CONANDA, e no entanto só participaram de alguns eventos pontuais, não tendo, como havia sido previsto, a sua participação efetivada conforme consta Regimento Interno do Conanda devendo-se respeitar e implementar as resoluções 191, 192, 198. Por isso a necessidade de garantir a participação da CPA. Foi dado destaque sobre a necessidade de comunicação mais próxima com os CEDCA's da importância do envio dos relatórios das conferências estaduais já realizadas, para encaminhamento ao consultor e informar realização da Conferência Nacional. A representante da FLACSO, Sra. Salete, é convidada para comentar alguns pontos da relatoria da CMF. Inicia relatando resultado da carta acordo das caravanas, que, além de subsidiar todo o trabalho da rede dos conselhos e das redes estaduais da criança e adolescente, também é referência nas Conferências Municipais e na própria Conferência Nacional. Informa que em breve, a CMF, entrará em diálogo com a Comissão Organizadora da Conferência, para encaminhamentos, para utilização do material na Conferência Nacional. Comenta outro ponto da relatoria, em relação a nova proposta da carta acordo com o PNUD, para apoio de todo o processo de realização da Conferência Nacional. A conselheira Regina Leão - CNBB Pastoral do Menor, sinaliza a importância de o material produzido nas caravanas, serem distribuídos para os CEDCAS e conselheiros do CONANDA, pois suas propostas e desafios elencados pelos participantes do SGD servirão de subsídio para conferência nacional. A conselheira Edna Alegro - Associações Pestalozzi, alerta sobre a publicação do material, pois a impressão do ECA foi realizada, porém apenas duas unidades do ECA em braile foram realizadas, sendo que foi deliberado 175 unidades para impressão. A Secretária Executiva do CONANDA esclarece que, a forma de distribuição do quantitativo de ECA's impressos com o recurso do Ministério, foi apresentado na reunião da Mesa Diretora. Conclui informando a possibilidade de encaminhamento da planilha contendo quais municípios, quais conselhos e o quantitativo encaminhado. A conselheira Regina Leão comenta sobre a publicação Estatuto em braile, informa que o pedido de publicação do ECA em braile, foi deliberado em Assembleia, onde, foi realizado diagnóstico de onde ele deveria ser distribuído, quantidade etc. Questiona a retomada da deliberação em Assembleia da respectiva pauta. O conselheiro Adriano traz

provocação da presidência do CEDCA do Ceará, tratando-se da realização da Conferência Nacional, tendo em vista que o próprio conselho prevê a possibilidade de não ter uma delegação completa para a conferência e avalia a possibilidade de ter reunião ampliada com os Conselhos Estaduais para alinhar questões que preocupam outros conselhos. O conselheiro Renato reforça encaminhamento do diálogo da Secretaria Nacional, via ofício, com os governadores de estado, para que eles tenham uma posição concreta sobre conselho. O conselheiro Edmundo reforça, foco na realização da Conferência. A Presidente, Iolete Ribeiro comenta sobre encaminhamentos colocados; realização de uma reunião com os Conselhos Estaduais com pauta sobre a realização da Conferência Nacional, envio de ofício para os governadores terem melhor conhecimento dos acontecimentos do Conselho e maior foco na organização da Conferência Nacional. E solicita sugestões em relação à reunião com os CEDCA's. A representante da FLACSO, Sra. Maria Isabel, propõe demanda para a consultoria contratada, entrar em contato com os CEDCA's para atualizar e captar informações sobre a Conferência Nacional, e após levantamento da consultoria, debater atitudes a serem tomadas a depender dos resultados. A Presidente do Conselho inicia votação de encaminhamentos, votação aprovada por unanimidade. 11. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar / CDHAP- Coordenador: Patrícia Grassi. Relatoria: Thais Dantas. A conselheira Thais Dantas - Instituto Alana, inicia relato da CDHAP, informando dois pontos encaminhados na mesa diretora; Lei de criação, adequação e extinção do conselho tutelar do estado de Rondônia e avaliação de uma possibilidade de regulação de um artigo do Decreto nº 9579 / 2018. Informa que essas demandas estavam represadas e que não havia subsídios para o trabalho da comissão, e na avaliação da CDHAP, não se tratava de temas urgentes, e assim, postergados pela comissão. A conselheira traz apelo para a secretaria executiva em encaminhar os materiais relacionados a esses dois primeiros pontos colocados. A relatora coloca outro ponto proposto, em relação a revisão do planejamento estratégico; necessidade de redação de posicionamentos, pois de acordo com o planejamento estratégico da comissão, há previsão de que sejam criados posicionamentos base em diversas temáticas, e assim permitir o trabalho da comissão de maneira mais estruturada conforme as demandas em projetos legislativos. Informa também que foi realizado uma adaptação para o que estava previsto para essas temáticas com uma adequação para o calendário de 2020, e elencou dois pontos especialmente relevantes para trazer na atuação da frente; trabalho infantil e justiça juvenil. Comenta outro ponto que pertencia ao planejamento da comissão e acabou saindo como compromisso do CONANDA e da SNDCA, cobrar disponibilidade orçamentária para assessoria parlamentar e solicita esclarecimento de informações, pois é requisito para o funcionamento adequado do Conselho. Informa outro ponto alinhado a SNDCA: levantamento com mapeamento de sistemas governamentais de referência de informação de crianças e adolescentes. Relata pontos sobre o SINASE; relatórios do SINASE que está em atraso; comissão de avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; solicitação aos estados dos parâmetros de segurança do SINASE. A conselheira Thais faz pedido de encaminhamento ao CONANDA, para que seja enviado aos membros da CDHAP o histórico dos relatos das assembleias do ano de 2019. A conselheira Thais Dantas da continuidade ao relato da comissão informando que a partir de articulação com os membros da comissão, foram identificadas algumas propostas legislativas, que seriam especialmente relevantes ao CONANDA se posicionar em assembleia; projeto de Decreto Legislativo 608/2019, que visa sustar os efeitos do Decreto Presidencial 10003/2019 que alterou disposições em relação ao CONANDA. Thais faz a leitura da Manifestação do Conanda Sobre a Proposta de Decreto Legislativo (Pdl) Nº 608 de 2019 e apensos – Projetos de Decreto Legislativos PDL 609/2019, PDL 610/2019, PDL 611/2019, PDL 612/2019 e PDL 619/2019, que sustam os efeitos do Decreto nº 10.003 de 2019, que alterou disposições relacionadas ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Presidente, Iolete Ribeiro inicia votação. A Manifestação aprovada por unanimidade. O conselheiro Edmundo Kroger sugere convidar algum conselheiro da COF para participar do diálogo com o parlamentar, a Presidente acata observação. A conselheira Thais faz a leitura da Nota sobre a PEC No 02/2020 que altera o inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal para ampliar para quatorze anos a idade mínima para o exercício de trabalho diurno e não insalubre ou perigoso. Sendo aprovada a nota deve ser enviada para o Deputado autor e para todos os parlamentares da CCJ da câmara de deputados, que é onde a proposta tramita atualmente. A Presidente, Iolete Ribeiro coloca em apreciação e submete à votação a "Manifestação do CONANDA sobre a proposta de Emenda à Constituição (PEC) No. 2 de 2020". Aprovação por unanimidade. A conselheira Thais dá continuidade e informa outra proposta legislativa debatida: PEC 187/2019 a qual faz alteração em relação aos fundos que impacta no fundo nacional da criança e do adolescente, com isso, esse ponto foi categorizado como ponto de atenção. Com esse caso, não foi possível finalizar a manifestação e ficou acordado de apresentar redação até a próxima assembleia para então fazer submissão ao plenário para apreciação. O conselheiro Edmundo cita reunião realizada com a frente parlamentar e cita que quando for agendada a audiência com relator incluir a participação de representante de CDHAP, e a inclusão do conselheiro Antônio Lacerda Souto na mesma audiência. É dado continuidade aos relatos da CDHAP e é debatido entre os conselheiros, outros temas, entre eles; A atualização do Plano de Enfrentamento à Violência Sexual. Ressalta que o Plano tem vigência até 2020, quando deve ser fechada a avaliação e atualização do Plano. Ressalta-se a competência da Comissão de Políticas Públicas para coordenar esse debate e cobrar as portarias dos Ministérios da Saúde e Cidadania que instituem os fluxos de atendimento, para implementação da lei 13.431 de 2017. Síntese dos encaminhamentos para esses assuntos: pautar na CPP o monitoramento e atualização do Plano de Enfrentamento à Violência Sexual; Regulamentação do fluxo do Ministério da Saúde e Ministério da Cidadania; Convite ao CNJ para apresentar informação sobre o pacto Nacional pela primeira infância; Convite do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual para participar do debate; Indicar a relatora do CPP para participar do GT que discute a implantação dos centros integrados. A conselheira Thais continua relato informando pautas iniciadas anteriormente, tais como; Envio de ofício com convite à Renata Vaz de Souza, Coordenadora Geral do Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, para apresentação de relatório/panorama do tráfico de crianças e adolescentes no Brasil; Pedir informações sobre as políticas de interiorização de migrantes e dos espaços de acolhimento, identificando órgãos responsáveis (ACNUR, Ministério da Cidadania, CEDCA Roraima, UNICEF). A Presidente, coloca em votação o conjunto dos encaminhamentos apresentados no relato da CDHAP. Votação aprovada. A vice-Presidente, Petrucia de Melo convida a Coordenadora - Geral do SINASE, Giselle Cyrillo a iniciar sua apresentação. Após sua apresentação e debates, Giselle Cyrillo solicita que seja feita a tramitação via SEI, juntamente com a Secretaria Executiva do CONANDA, sobre encaminhamento de estratificar informações no relatório, para que possa ser enviado ao Conselho para apreciação dos dados. A Presidente, Iolete Ribeiro comenta a complexidade do respectivo assunto e que este deve ser debatido, também, em outros momentos, e remete o assunto para a CDHAP, pautar o SINASE de forma geral, priorizando os diversos aspectos a serem discutidos, em especial a questão dos procedimentos de segurança dentro do Sistema Socioeducativo e extrapolação do tempo da medida. A Presidente do CONANDA encerra relatos da CDHAP e inicia discussão sobre calendário. 12. APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DE 2020. A vice-presidente, Petrucia de Melo inicia apresentação do calendário informando que, o cronograma foi construído considerando as disponibilidades dos locais que serão utilizados para realização das reuniões. Calendário é colocado para aprovação. Aprovado por unanimidade. Assembleias Ordinárias do Conanda: 285ª – 18 e 19 de março; 286ª – 23 e 24 de abril; 287ª – 20 e 21 de maio; 288ª – 09 e 10 de junho; 289ª – 22 e 23 de julho; 290ª – 19 e 20 de agosto; 291ª – 23 e 24 de setembro; 292ª – 14 e 15 de outubro; 293ª – 23 e 24 de novembro; 294ª – 16 e 17 de dezembro; XIª Conferência Nacional: 25 a 27 de novembro; A Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a 284ª Assembleia Ordinária do CONANDA.

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata.

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1678813** e o código CRC **54D916BD**.